



## **PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**

**PROCESSO Nº 250/2021**

**PROJETO INDICATIVO Nº 4/2021**

**PROCEDÊNCIA: Vereador Wellington Alemão**

**ASSUNTO: "Dispõe sobre alterar o disposto nas Leis nº 3822, de 20 de janeiro de 2012 e Lei nº 4674, de 19 de julho de 2017 quanto ao uso do Auxílio Alimentação dos Servidores Municipais Ativos da Administração Direta, Indireta e da Câmara Municipal da Serra somente no Município da Serra e dá outras providências".**

### **I - RELATÓRIO**

Da Sistemática no Processo Legislativo da Câmara Municipal de Serra e da Manifestação da Consultoria Jurídica Legislativa.

Trata-se de parecer acerca da legalidade e constitucionalidade do Projeto Indicativo Nº 4/2021 de autoria do ilustre Vereador Wellington Alemão, que: **Dispõe sobre alterar o disposto nas Leis nº 3822, de 20 de janeiro de 2012 e Lei nº 4674, de 19 de julho de 2017 quanto ao uso do Auxílio Alimentação dos Servidores Municipais Ativos da Administração Direta, Indireta e da Câmara Municipal da Serra somente no Município da Serra e dá outras providências.**

Segue em observância às prerrogativas legais e regimentais ao qual está inserido, é o parecer para expor fundamentadamente o entendimento quanto à sua constitucionalidade, legalidade e instrumentalidade processual legislativa, observando, sobremaneira, a Constituição Federal de 1988, a Lei Orgânica do Município de Serra e o Regimento Interno da Câmara Municipal de Serra.

### **II - FUNDAMENTAÇÃO**

A Constituição Federal promulgada em 1988 contemplou a existência de entes federativos em três níveis, União, Estados, Distrito Federal e Municípios, dotando-os de autonomia e atribuindo a cada um, campos de atuação estatal determinados.





Essa discriminação ou repartição de competências, no entanto, pode ser apresentada de duas naturezas: legislativas ou material.

Constituem competências legislativas privativas da União as matérias arroladas no artigo 30 da Constituição Federal.

Por seu turno, foram igualmente discriminadas pelo Constituinte Originário a **competência suplementar aos Municípios**, para agir, administrar e atuar em situações concretas, suplementando a legislação federal e estadual no que couber, e ainda para legislar sobre assuntos de interesse local consoante disposto no art.30, incisos I e II da Carta Magna.

Com base no artigo 30, inc. I, e II, da Constituição Federal, do artigo 28, inc. I, e II da Constituição Estadual e do artigo 30, inc. I, e II, e 99, inc. XIV, da Lei Orgânica Municipal, todos presentem que asseguram a competência da Câmara Municipal para legislar acerca dos contextos de interesse local, conforme a legislação federal e estadual.

De acordo com a **Constituição Federal**:

**Art. 30.** Compete aos Municípios:

- I – legislar sobre assuntos de interesse local;
- II – suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

#### **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**

**Art. 28.** Compete ao Município:

- I – legislar sobre assunto de interesse local;
- II – suplementar a legislação federal e estadual no que couber;

#### **LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SERRA**

**Art. 30.** Compete ao Município da:

- I – legislar sobre assuntos de interesse local;
- II – suplementar a legislação federal e estadual, no que couber;

**Art. 99.** Compete a Câmara, com a sanção de Prefeito:

**XIV** – legislar sobre assuntos de interesse local

Nesse sentido, de acordo com o artigo 1º da Minuta do Projeto Indicativo 4/2021, o mesmo demonstra-se amparado juridicamente, sendo matéria passível de suplementação,





uma vez que, não se pretende legislar sobre normas gerais.

Além disso, conforme o artigo 3º do referido projeto, tem o intuito de tornar obrigatório o gasto do auxílio alimentação dos servidores ativos da Administração Direta e Indireta, somente no Município da Serra, visando a fomentar o desenvolvimento do comércio local monitorar as atividades dos policiais durante seu turno de trabalho.

Entretanto o caso concreto, é de competência exclusiva do Chefe do Executivo, como se pode ver no artigo 143, inciso II e III da Lei Orgânica:

**Art. 143** - A iniciativa das leis compete a qualquer Vereador ou Comissão da Câmara Municipal, ao Prefeito Municipal, e aos cidadãos na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica.

**Parágrafo Único.** São de iniciativa privativa do Prefeito as leis que disponham sobre:

[...]

**II** - organização administrativa e pessoal da administração do Poder Executivo;

[...]

**III** - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

Por conseguinte, o Projeto Indicativo é a recomendação da Câmara Municipal ao Poder Executivo local, no sentido de que este promova a abertura de processo legislativo que verse sobre matéria de sua competência, nos termos do artigo 136 do Regimento Interno da Câmara Municipal da Serra.

**Art. 136.** O Projeto Indicativo é a recomendação da Câmara Municipal da Serra ao Poder Executivo local, no sentido de que este promova a abertura de processo legislativo que verse sobre matéria de sua competência.

### III – CONCLUSÃO

Dessa forma pelos fundamentos já expostos, opina esta Comissão **pelo prosseguimento** ao **aludido Projeto Indicativo nº 4/2021** de autoria do ilustre Vereador Wellington Alemão ao Chefe do Poder Executivo, **haja vista tratar-se de uma norma de interesse local e encontra-se em conformidade com a Constituição Federal e a legislação infraconstitucional.**

São as elucidações que constituem nosso Parecer.





Serra/ES, 12 de abril de 2023

---

**WILIAN SILVAROLI**  
PRESIDENTE  
RELATOR

---

**DR. WILLIAM MIRANDA**  
VICE-PRESIDENTE

---

**SÉRGIO PEIXOTO**  
SECRETÁRIO

